



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
(Do Senhor Capitão Alberto Neto)

Requer do Exmo. Ministro da Defesa, Senhor José Mucio Monteiro Filho, informações a respeito da aprovação do serviço militar feminino voluntário e das possíveis implicações dessa mudança na estrutura social e militar do país.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado ao Exmo. Ministro da Defesa, Senhor José Mucio Monteiro Filho, solicitação de informações a respeito da aprovação do serviço militar feminino voluntário e das possíveis implicações dessa mudança na estrutura social e militar do país, nos seguintes termos:

- 1) Qual o verdadeiro propósito dessa lei?
- 2) Existe uma análise das consequências a longo prazo?
- 3) O serviço militar feminino deixando de ser voluntário e passando a ser obrigatório poderá acarretar desafios e problemas?

Justificativa

A recente aprovação da lei que institui o serviço militar feminino voluntário no Brasil abre um debate que vai além da simples inclusão de mulheres nas Forças Armadas. Trata-se de uma discussão sobre o papel das mulheres em nossa sociedade e sobre como devemos equilibrar tradição e modernidade, respeitando os princípios que nos trouxeram até aqui. Uma nova





Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Apresentação: 04/09/2024 12:02:00.300 - MESA

RIC n.3344/2024

legislação que, sem dúvida, traz à tona questões profundas sobre os valores que norteiam a nossa sociedade.

Não há dúvida de que as mulheres desempenham um papel fundamental na construção de nossa nação. Elas são a espinha dorsal de nossas famílias, educam nossos filhos, e contribuem para o desenvolvimento do país em todas as áreas. No entanto, ao analisarmos a introdução do serviço militar voluntário feminino, precisamos nos perguntar: Qual o verdadeiro propósito dessa lei? E, mais importante, quais serão as suas consequências a longo prazo?

Historicamente, o serviço militar no Brasil sempre foi uma responsabilidade dos homens, um rito de passagem que simboliza a proteção da pátria e o compromisso com a defesa da nação. Ao introduzir as mulheres neste contexto, ainda que de forma voluntária, estamos alterando a essência desse simbolismo. Não se trata aqui de questionar a capacidade das mulheres, mas sim de refletir sobre o impacto que essa mudança pode ter na estrutura tradicional de nossas Forças Armadas e, por extensão, na própria sociedade.

Precisamos estar atentos para que essa medida não seja apenas mais um passo na agenda progressista que busca, muitas vezes, dismantlar instituições tradicionais e impor uma ideologia que desconsidera as diferenças naturais entre homens e mulheres. Ao abrir essa porta, corremos o risco de, futuramente, enfrentar pressões para que o serviço militar feminino deixe de ser voluntário e passe a ser obrigatório, o que certamente geraria uma série de desafios e problemas.

Além disso, é crucial que pensemos nas implicações sociais e familiares dessa decisão. A mulher, por sua natureza, desempenha um papel único na família, sendo a principal responsável pelo cuidado e pela educação dos filhos. Ao incentivar a participação feminina em atividades militares, podemos estar negligenciando o impacto que isso terá na estrutura familiar, que é o alicerce de qualquer sociedade saudável e próspera.

Outro ponto que deve ser considerado é a possível instrumentalização desse serviço militar voluntário como uma ferramenta para a promoção de uma agenda feminista dentro das Forças Armadas. Precisamos garantir que o foco das nossas instituições militares permaneça na defesa da



* C D 2 4 5 4 2 1 3 5 0 5 0 0 *



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

pátria, na segurança nacional, e não na promoção de ideologias que buscam dividir e polarizar nossa sociedade.

Não somos contrários à evolução e ao progresso, mas devemos ter muito cuidado para que, em nome de uma suposta modernidade, não destruamos os pilares que sustentam nossa nação. O serviço militar deve permanecer como uma responsabilidade masculina, respeitando o papel natural de cada gênero na construção e na defesa da pátria.

Por fim, é imperativo que continuemos a valorizar e proteger as instituições que moldaram nossa sociedade e que nos trouxeram até aqui. Precisamos ser firmes em nossos valores e vigilantes contra qualquer tentativa de desconstrução das tradições que tanto prezamos. Que possamos seguir em frente com responsabilidade, sempre colocando o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

Portanto, sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 04 de setembro de 2023.

CAPITÃO ALBERTO NETO

DEPUTADO FEDERAL

PL/AM

